

Esferas públicas feministas na Internet

Lara Haje

RESUMO

A partir da constatação de que nas publicações ditas femininas as reivindicações feministas ganham pouco espaço, busca-se na internet – espaço não-territorial e ilimitado, com características interativas –, uma nova possibilidade de publicização para o movimento feminista. O artigo discute como o movimento feminista vem se apropriando e pode se apropriar desse espaço para a formação de esferas públicas habermasianas.

Palavras-chave: movimento feminista, Habermas, Internet

ABSTRACT

The article searches for a new possibility of publicity for the feminist movement in the internet (non-territorial and non-limited space, with interactive characteristics), since the feminist issues do not gain enough space in the feminine publications. The article analyzes how the net has been and could be appropriated by the feminist movement to create habermasian public spheres.

Keywords: feminist movement, Habermas, Internet

RESUMEN

A partir de la constatación de que, en las publicaciones dichas femeninas, las reivindicaciones feministas reciben poco espacio, se busca en la internet (sitio no-territorial y ilimitado, con características interactivas) una nueva posibilidad de espacio público para el movimiento feminista. Este artículo debate como el movimiento feminista se ha apropiado e puede apropiarse de este espacio para la formación de esferas públicas habermasianas.

Palabras clave: movimiento femenino, Habermas, Internet

O mundo contemporâneo assiste a duas globalizações, ligadas e, a princípio, antagônicas: a globalização da tecnologia das comunicações, como o fax, o telefone celular, a televisão por assinatura e sobretudo a Internet; e a globalização da cidadania dos médicos sem fronteiras, organizações humanitárias e não-governamentais. Como a cidadania globalizada pode fazer uso das comunicações globalizadas, mais especificamente da Internet, é uma das grandes questões que permeiam este artigo. Encontrar meios de domesticar a tecnologia e não ser domesticado por ela é o desafio.

Do ponto de vista técnico, as possibilidades que as comunicações globalizadas podem oferecer às organizações com fins sociais são promissoras. As características e ferramentas interativas da Internet possibilitariam a comunicação rápida e eficiente, necessária para a constituição de espaços públicos de discussão de questões fundamentais para os movimentos sociais, que não estariam restritos a pessoas residentes no mesmo espaço geográfico. A interatividade possível na rede revitaliza, em princípio, a idéia de formação de esferas públicas – conceito que, reformulado em escritos recentes de Jürgen Habermas, permanece promissor para os estudiosos da comunicação social.

No entanto, ao se avaliar os usos concretos que vêm sendo feitos das potencialidades da Internet, as perspectivas não parecem positivas. Os medidores de audiência na rede mostram que os sites mais visitados da world wide web são aqueles de propriedade de grandes grupos de mídia, que procuram na Internet uma alternativa extra para o oferecimento de serviços e de

entretenimento. Ao surgimento de cada novo meio de comunicação, antes que se possam concretizar esperanças de que o novo meio possa proporcionar um espaço de ação social e política, os grandes grupos de mídia apropriam-se e fazem dele mais uma mera fonte de lucros.

A despeito dessa apropriação da web por grandes grupos de mídia, ainda há espaço para que os movimentos sociais também façam uso da rede como forma de se comunicar de modo mais efetivo internamente ou com diferentes setores da sociedade. A Internet, ao contrário de outros meios de comunicação, possui espaço não-territorial, ilimitado e irrestrito, possibilitando que organizações não-governamentais com fins sociais construam seus sites e façam uso da rede, não obstante a atuação mais visível de grupos comerciais. É preciso exatamente lutar para que a Internet não se torne, assim como os meios de comunicação tradicionais em geral, mera divulgadora de produtos de entretenimento e de informação.

Um dos movimentos que pode e deve apropriar-se da Internet visando a uma comunicação mais efetiva com a sociedade é o movimento feminista. Nos meios de comunicação tradicionais, verifica-se o desgaste da imagem da mulher provocado não apenas por apelos pornográficos, com ênfase excessiva no charme e na beleza e reprodução de papéis femininos tradicionais, como também o pouco espaço encontrado pelas reivindicações feministas. Mesmo na imprensa dita feminina, a situação não é muito diferente e as questões importantes para o movimento feminista aparecem como exceções em publicações nos quais o consumo de produtos é a tônica.

Se as mulheres vêm conquistando amplamente os espaços públicos da cidade, em seu sentido físico, concreto, material, principalmente por meio da inserção no mercado de trabalho, o mesmo não se pode dizer da esfera pública, no sentido habermasiano, ligada às condições de comunicação para a formação de opinião pública. As questões consideradas relevantes para as mulheres, sob a ótica do movimento feminista, na maioria das vezes, não ganham a importância devida nas discussões públicas, especialmente em virtude da deficiente inserção na imprensa – principal responsável hoje pela elaboração da pauta de assuntos de interesse da sociedade.

É nesse sentido que a internet pode oferecer uma nova oportunidade para o movimento feminista. Uma possibilidade de se comunicar internamente e discutir questões relevantes para o movimento; de se comunicar diretamente com o público, sem intermédio de jornalistas e de grandes veículos de mídia; de angariar novos simpatizantes à causa e mostrar à sociedade onde a desigualdade de gêneros ainda permanece. Uma nova oportunidade, enfim, de, por meio da comunicação social, promover a transformação das condições da mulher na sociedade.

A esfera pública feminista

O conceito de esfera pública, proposto inicialmente por Jürgen Habermas em *Mudança estrutural da esfera pública* (HABERMAS, 1984), permanece válido hoje não como proposição histórica, mas como proposição normativa, essencial para um conceito de democracia centrado no discurso. Uma democracia fundada na mobilização social e na força comunicativa de seus

participantes. A esfera pública denota as condições de comunicação nas quais é possível a formação racional e discursiva de opinião pública sobre questões relevantes para a sociedade. Essas condições incluem um ambiente não-hierárquico, a inclusão de todas as partes afetadas, a interação fácil e livre, a não-restrição de tópicos e de contribuições e a possibilidade de revisar os resultados.

Nesse sentido, Habermas valoriza a importância da comunicação no mundo contemporâneo e fornece aos estudiosos da comunicação um constructo teórico eficaz e um horizonte a ser buscado. Em sua teoria da ação comunicativa, Habermas sugere que seja erguida uma barreira democrática contra a colonização de áreas do mundo da vida pelos imperativos do sistema. Para isso, é necessário que os processos democráticos sejam dirigidos pelo poder comunicativo, ou seja, que a sociedade civil seja capaz de construir esferas públicas autônomas e capazes de ressonância no governo, na mídia e no mercado.

Esse papel foi assumido em grande parte, no mundo contemporâneo, por movimentos sociais, ligados a questões de gênero, raça, paz, ecologia, sexualidade, na forma de organizações não-governamentais, sem fins lucrativos. Essas organizações seriam responsáveis por trazer ao sistema o potencial político intrínseco às práticas comunicativas cotidianas do mundo da vida.

Os movimentos sociais devem formar, assim, esferas públicas parciais para a discussão de questões públicas relevantes e formação de opinião e vontade. Não se trata, como pressupõem erroneamente alguns críticos de Habermas, de uma esfera pública unitária e homogênea, mas de esferas públicas múltiplas, de forma a garantir

que os grupos minoritários tenham voz política. Elas devem ser abertas, contudo, permitindo uma ligação entre os diferentes movimentos e o acesso do público leigo.

Nesse contexto, a esfera pública feminista deve constituir uma esfera pública parcial, representando uma crítica dos valores culturais do ponto de vista das mulheres. Os argumentos e discussões não podem, porém, ficar restritos ao público específico; têm de ser direcionados para fora, em direção a uma disseminação de idéias feministas e valores para a sociedade como um todo.

Levando em conta a concepção de Michel Foucault (1979) de poder como algo que está em toda a parte, inclusive no Estado e no Direito, o papel dessa esfera pública feminista não deve ser apenas de pressionar o Estado para reivindicar direitos, mas de transformar as estruturas em geral de dominação, exclusão e desigualdade que, fora do aparelho do Estado, encontram-se enraizadas nas instituições, normas e valores. Ela deve proceder também ao questionamento das próprias práticas cotidianas. Foucault mostra que a dominação não se exerce apenas por meio de leis, mas por meio de normas criadas pelas disciplinas, ciências humanas e outras instâncias de saber e poder.

Além disso, a agenda de questões tratadas na esfera pública feminista deve ser radicalmente aberta, não excluindo questões tradicionalmente vistas como problemas privados. O movimento feminista tornou públicas muitas questões consideradas anteriormente privadas, como a violência doméstica, a divisão sexual do trabalho, o significado de pronomes. Os problemas inerentes às chamadas micopráticas cotidianas também devem ser vistos como problemas políticos. O

feminismo propõe, portanto, a reconstrução da esfera pública, de forma a publicizar ou politizar essas questões, até então consideradas privadas. Nenhuma instituição ou prática social deve ser excluída a priori da agenda de discussão e expressão pública.

As questões de importância para o feminismo, que devem estar presentes numa esfera pública parcial voltada para a crítica da condição da mulher na sociedade, variam de acordo com a corrente do movimento, com o momento histórico e o contexto local. O feminismo constitui hoje um movimento multifacetado, que tem em comum a tentativa de pôr fim à dominação masculina na sociedade. O esforço é por redefinir o gênero feminino em oposição à identidade da mulher construída no patriarcalismo. Algumas das questões que devem ser discutidas nas esferas públicas feministas são as levantadas na 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, na China, em 1995. As áreas atuais, a seguir, são de especial preocupação para o movimento feminista, conforme conclui a Conferência: a mulher e a pobreza, levando em conta que as pessoas que vivem atualmente em condições inaceitáveis de pobreza são em sua maioria mulheres; a educação e o treinamento da mulher, já que a maior parte dos analfabetos e pessoas que carecem de acesso ao ensino primário no mundo são mulheres, além de, no ensino superior, elas se concentrarem em um limitado número de áreas de estudos; a mulher e a saúde, tendo em vista os graves problemas da saúde pública específicos das mulheres, como gravidez prematura, aborto em condições perigosas, câncer de mama e do colo do útero e transformações decorrentes da menopausa; a violência contra a mulher, seja de natureza física, sexual ou

psicológica, que inclui, por exemplo, o abuso sexual, a violência por parte do marido, a mutilação genital, o estupro, o assédio e a intimidação sexual no trabalho, a prostituição e o tráfico de mulheres para o comércio sexual; a mulher e a economia, pois, a despeito da conquista feminina do mercado de trabalho, permanece, por exemplo, a divisão sexual do trabalho e a disparidade no acesso a cargos mais altos e aos níveis de tomadas de decisões; a mulher no poder político (*stricto sensu*), já que a participação igualitária aos cargos governamentais não foi atingida e permanecem estereótipos com base no sexo; e, por fim, a mulher e os meios de comunicação, lembrando que produtos degradantes ou pornográficos e programas que representam a mulher nos seus papéis tradicionais afetam negativamente a luta contra o patriarcalismo.

Questões feministas e mídia

Embora as publicações femininas tenham, ao longo do tempo, defendido alguns direitos para as mulheres e ajudado a trazer novas questões para a esfera pública, como o assédio sexual, a violência doméstica e o aborto, por exemplo, tais tipos de reportagem configuram exceções em publicações que, de forma geral, diluem e mudam de função as propostas feministas. As revistas femininas vinculam a independência da mulher principalmente ao consumo, ao sucesso profissional e à sedução. Evitam normalmente polêmica e discussões, visando a entreter a consumidora.

O vínculo imprensa/publicidade, inaugurado neste gênero de publicação pela Revista Feminina, em 1914, permanece bastante forte, sendo a publicidade de cosméticos a mais freqüente, seguida da de roupas e

acessórios. Os assuntos moda e beleza/corpo/saúde são os mais abordados pelas revistas femininas brasileiras, sendo o consumo de produtos a tônica. Nessas reportagens, reproduzem-se modelos de beleza únicos e inatingíveis, e a estética obedece a padrões rígidos, em especial no que se refere à magreza. Contraditoriamente talvez, algumas matérias relativas a relacionamentos/sexo enfatizam a necessidade de gostar do próprio corpo, seguindo ele os padrões impostos ou não, e de valorizá-lo.

Se as revistas atuais afastam-se, de certa forma, das questões relativas à casa, família e filhos, permanecem no âmbito doméstico, concentrando-se em especial no “investimento em si mesma”, a partir do consumo de roupas, dietas, exercícios, produtos de beleza e nos aspectos afetivos e sexuais da vida a dois. A mulher aparece como responsável pela manutenção e pelo investimento no relacionamento afetivo e sexual, que, nota-se, é sempre heterossexual nas reportagens sobre sexo e relacionamento. As questões públicas que figuram no âmbito das preocupações feministas, embora alvo de reportagens esporádicas, não são o foco das revistas femininas atuais; constituem, sim, exceções em meio a modelos e atrizes com padrão de beleza rígido, consumo de produtos e problemas da intimidade.

Na imprensa não-especializada, por sua vez, os rótulos “feminismo” e “feminista” aparecem desgastados, contribuindo para a rejeição desses termos na sociedade, a despeito do eventual apoio às plataformas feministas. As matérias sobre violência doméstica, estupro, conquista do mercado de trabalho, entre outras, têm até mesmo simpatia da imprensa, mas tendem a ser pautadas apenas em ocasiões especiais, como o Dia Internacional da Mulher ou no caso da aprovação do novo Código Civil.

É certo que isso se dá principalmente por motivos inerentes ao próprio processo de produção jornalística, mas é possível que também haja falhas nas estratégias de comunicação do movimento feminista. As organizações deveriam criar fatos para alimentar as pautas dos veículos de comunicação e tentar intervir na mídia quando fatos de interesse do movimento estiverem sendo abordados. O movimento feminista vem produzindo uma enorme quantidade de folhetos e cartilhas, muito importantes para a educação popular, mas que sofrem problemas de dificuldade no financiamento e restrição na divulgação. Além disso, para o tratamento com a mídia, eles são ineficazes. Na correria da redação, é preciso que fontes e porta-vozes de movimentos de mulheres qualifiquem-se como tal perante a mídia e prontifiquem-se a contextualizar acontecimentos relevantes sob a ótica feminista.

Nesse sentido, o ideal seria que o movimento feminista dispusesse de uma agência de notícias no molde da Agência Nacional de Direitos da Infância (Andi), para avaliar o tratamento dado pela mídia à mulher e para procurar pautar os veículos de comunicação com questões de interesse do movimento. Construir um banco de fontes e disponibilizá-lo na internet seria também muito importante para a imprensa, estudantes e a sociedade em geral.

O movimento na internet

Pode-se notar hoje a existência de uma rede feminista de comunicação na Internet, incluindo os seguintes sites:

Mulher.Br:

www.mulher.org.br

Marcha Mundial de Mulheres:

<http://www.sof.org.br/marchamulheres/>

Mulher 500 anos atrás dos panos – resgate e divulgação da participação das mulheres na formação e desenvolvimento do Brasil:

www.mulher500.org.br

Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia:

http://www.mama.org.br

Rede Mulher de Educação:

www.redemulher.org

Centro de Liderança da Mulher:

www.celim.org.br

Cfemea:

www.cfemea.org.br

Sempre Viva Organização Feminista (SOF):

www.sof.org.br

Grupo Transas do Corpo:

http://www.transasdocorpo.com.br/

Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos:

www.redesaude.org.br

Campanha 28 de setembro – Dia da discriminação do aborto na América Latina e Caribe:

http://www.campanha28set.org/

Grupo de Teatro de Rua Loucas de Pedra Lilás:

www.elogica.com.br/pj/loucas

Comunicação, Educação e Informação em Gênero - Cemina:

http://www.cemina.org.br/

Geledés – Instituto da mulher negra:

www.geledes.com.br

Movimento de Mulheres Negras:

www.mulheresnegras.org

Casa de Cultura da Mulher Negra:

<http://ccmnegra.santos.net>

Criola:

<http://www.criola.org.org/>

MulherPentecostal:

<http://culturabrasil.art.br/mulherpentecostal>

Católicas pelo Direito de Decidir:

<http://www.cddbr.gjb.net/>

Os sites feministas já disponibilizam uma série de informações públicas relevantes: da legislação concernente à mulher a dados relevantes sobre a situação da mulher no Brasil e no mundo, passando pela biografia de mulheres importantes no decorrer da história. Além disso, as páginas feministas publicizam os pleitos do movimento, como o direito ao aborto, o fim da violência sexual, um maior número de mulheres ocupando cargos públicos e assim por diante. Ao contrário das publicações que se auto-intitulam femininas, os sites rotulados feministas fazem das questões relevantes para o movimento feminista o seu foco principal.

Desta forma, no que se refere à disponibilização de dados relevantes, a rede feminista na web cumpre importante papel na construção de uma esfera pública feminista. Os sites divulgam questões referentes a direitos institucionalizados, direitos pleiteados, participação da mulher na política, ao mesmo tempo em que abrangem questões da chamada “política do cotidiano”: saúde e sexualidade da mulher, recuperação histórica da participação da mulher na construção da sociedade brasileira; educação de modo a fomentar a igualdade de gêneros, entre outras questões. Cumprem,

assim, o papel de questionar a dominação masculina presente tanto nos aparelhos do Estado, como a incutida em normas, valores e atos cotidianos.

Nem todos os sites aproveitam, porém, os potenciais da rede em relação ao espaço não-territorial e ilimitado. Alguns limitam-se a informar sobre a atuação fora da Internet, em vez de usar o novo meio para a própria atuação. Ou seja, divulgam os projetos e programas do grupo, mas não disponibilizam argumentos, dados, propostas, deixando, assim, de fomentar a discussão. Outro problema que pode ser apontado em relação à disponibilização de informações relevantes é a desatualização dos dados, que indica descaso para com o site e desestímulo para os visitantes.

Esses problemas podem ser decorrentes, todavia, não do desinteresse, mas da falta de financiamento para contratar funcionários competentes para construção e manutenção, com o intuito de mantê-los atualizados. Muitas páginas feministas são bastante simples em termos de design e de organização das informações, sugerindo que o trabalho foi feito por um amador, e não por um profissional. Somente um profissional competente da área seria capaz de informar de forma adequada, por exemplo, sobre os recursos comunicativos oferecidos pela Internet e como podem ser utilizados. Nesse ponto, os sites padecem do mesmo problema de publicações feministas impressas, embora em menor escala: é preciso financiamento.

Ainda assim, no que se refere à publicização das questões feministas, não há como negar que a Internet representa um grande avanço. Os meios que o movimento encontrava para divulgar suas questões

antes da existência da Internet eram principalmente boletins, folhetos e cartilhas e, em alguns casos, vídeos. O novo meio – Internet – representa uma ampliação nas possibilidades de divulgação das questões, por teoricamente atingir um maior número de pessoas. Isso de forma mais barata (embora não dispense a contratação de profissionais, é preciso pagar pouco ou nada pelo espaço), rápida e com possível atualização de questões sempre que necessário.

Para constituir uma esfera pública feminista, contudo, não basta divulgar informações públicas relevantes: é preciso discuti-las, de modo a se chegar a uma opinião pública sobre os assuntos. Neste ponto, a rede feminista na web não está sendo bem-sucedida. O modelo de comunicação adotado pela maior parte dos sites é meramente difusor, não aproveitando as potencialidades da internet. A partir do uso de ferramentas interativas e do estímulo à interação do usuário, poderia ser construído um modelo de comunicação participativa, apostando-se no potencial comunicativo da sociedade. A construção desse modelo, entretanto, não foi verificada.

Grande parte das páginas que constituem a rede feminista na internet disponibiliza apenas uma ferramenta interativa – o e-mail. E o pior: não faz bom uso dele. Na pesquisa que deu origem a este artigo, apenas dois sites (Transas do Corpo e RedeSaúde), entre os 21 pesquisados, dignaram-se a enviar resposta ao e-mail teste enviado (impossibilitando a pesquisadora até mesmo de conhecer o funcionamento dos sites mais a fundo), embora alguns sites utilizem o e-mail propriamente para enviar novas informações ao usuário (a exemplo do Cemina). Algumas páginas disponibilizam

livros de visita, o que significa um nível maior de interação. Já as ferramentas que possibilitam a comunicação entre usuários, em tempo real ou não, como listas de discussão, fóruns de discussão e salas de bate-papo estão sendo quase inteiramente desprezadas pela rede feminista, com exceções importantes, como o site Amamentação Online. Mesmo esse site, contudo, não chegou a responder o e-mail teste enviado, indicando desrespeito para com o usuário participativo.

Conclui-se, assim, que predomina na rede feminista o uso facilitador da internet: facilita-se o acesso a informações e, em tese, facilita-se o feedback do usuário, que pode mandar um correio eletrônico ou deixar um recado na página. Não obstante, o uso inovador da internet, ligado a novas formas de interação, a partir da formação de espaços para discussão, vem sendo negligenciado pela maior parte dos sites feministas. Despreza-se, dessa forma, o potencial comunicativo e de mobilização da sociedade.

A dura verdade é que a sociedade em geral está afastada das questões abordadas pela rede feminista na Internet de alguns modos diferentes: pelo acesso limitado aos sites feministas; pelo acesso limitado à própria internet; e pelo acesso limitado às próprias discussões feministas.

Quanto ao primeiro ponto, cabe lembrar que as páginas feministas na web ainda têm número muito restrito de visitas, tendo algumas o número de acessos simbólico de 100 ao mês. Para corrigir isso, há alguns caminhos possíveis: divulgar os sites feministas na própria internet, por meio de links em grandes portais; divulgar páginas na imprensa, sejam em cadernos de informática, de política ou em publicações voltadas para a mulher; e, por fim, divulgar as páginas entre jornalistas, para que usem a internet como banco de dados.

De uma forma ou de outra, o relacionamento com a mídia é vital para o crescimento e publicização do movimento.

Outras condições também são essenciais para angariar novos visitantes e para que os antigos retornem aos sites: manter as páginas atualizadas, ao contrário da situação atual da maior parte dos sites; e enviar os boletins, via correio eletrônico, prometidos e responder prontamente os e-mails enviados, o que também não vem ocorrendo. O cumprimento dessas condições indica profissionalização e seriedade no tratamento para com o público. Se o movimento vem fazendo uso da Internet, tendo construído de fato uma rede feminista na web, com um site ligado a outro por meio dos links das páginas, essa rede necessita se fazer conhecer.

Tendo em vista o número muito restrito de pessoas que tem acesso à internet, o esforço do movimento feminista de ganhar espaço na rede deve ser conjugado, como parece óbvio, com a difusão da tecnologia na sociedade – papel que cabe essencialmente aos governos. Por isso, ao menos pelos próximos anos, ainda terão enorme importância as publicações feministas impressas e, especialmente, a divulgação de questões relevantes para o movimento na mídia.

Em relação ao terceiro ponto, é notável que o movimento feminista e a discussão de gênero têm se caracterizado por atingir apenas algumas camadas da população no Brasil. Não que as questões aqui levantadas não sejam de interesse da população feminina em geral, mas as discussões ainda se encontram afastadas das camadas mais baixas da população feminina brasileira. Para esse problema, o surgimento da internet não assinala a possibilidade de qualquer avanço.

De certa forma, a Internet continua não dando voz a mulheres de classes mais baixas, deixando que as mulheres de classe média e alta falem por elas. Essa situação não é mais que uma continuação de situação anterior: as mulheres de classe média e alta invadiram determinados âmbitos dos espaços públicos e semipúblicos, conquistaram o mercado de trabalho e cargos públicos, mas deixaram em seus lugares babás, cozinheiras e empregadas domésticas. Tendo em vista essas questões, a luta feminista no Brasil só faz sentido se conjugada com outras lutas, contra a hierarquia social em geral.

Ainda que na prática a Internet não esteja acessível a toda a população, pode-se dizer que satisfaz os critérios normativos e oferece os meios técnicos para a configuração de uma nova esfera pública, por obedecer ao princípio de não-fechamento, haver igualdade de participantes, em princípio, com liberdade para discussão de quaisquer assuntos, sem restrição de tópicos, e ser possível em termos técnicos a interação fácil e livre. Contudo, as possibilidades técnicas oferecidas para a promoção dessa interação não estão sendo bem aproveitadas, com acesso limitado a uma elite, hierarquização dos sites por meio da formação de portais de grandes grupos de mídia e escassa utilização das ferramentas interativas. A internet como esfera pública só pode existir, portanto, com a intervenção política do governo e da sociedade civil.

Se os movimentos sociais, como o feminista, já se apropriaram do novo meio de comunicação, dando início à publicização de questões para a sociedade, precisam avançar mais para constituírem de fato esferas públicas parciais. A internet oferece a possibilidade de o modelo de comunicação de mera difusão ser substituído por um modelo de

comunicação participativa. Para isso, é necessário que as redes de movimentos sociais apostem no potencial de mobilização da sociedade e inventem e incentivem novos usos cidadãos a partir das ferramentas interativas, antes que sejam consolidados usos passivos de mera recepção.

Referências bibliográficas

4ª Conferência Mundial sobre a Mulher – Organização das Nações Unidas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

BUITONI, Dulcília Schoroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRASER, Nancy. *Unruly practices – power, discourse and gender in contemporary social theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

HABERMAS, Jürgen. "Further reflexions on the public sphere". IN: CALHOUN, Craig (org.). *Habermas and the Public Sphere*.

Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JORDÃO, Fernando Pacheco (relator). *Mulher & mídia: uma pauta desigual?*. São Paulo: CFemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria) e RedeSaúde (Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos), 1997.

MEEHAN, Johanna (org.). *Feminists read Habermas*. Great Britain: Routledge, 1995.

VIEIRA, Liszt. Os argonautas da cidadania – a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Lara Haje é professora de Jornalismo do lesb, mestre pela UnB, com a dissertação *Esferas públicas feministas na Internet*. Publicou artigo no livro *Sexo, afeto e era tecnológica – um estudo de chats na Internet* (Brasília: Ed. UnB, 1999).